

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.069 - RJ (2019/0223484-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : VIAÇÃO MADUREIRA CANDELÁRIA LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ MARCOS GOMES JUNIOR - RJ077857
LUIZ ROBERTO MENDES DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ187061
EMBARGADO : CLAUDIA CRISTINA VIEIRA DE ASSIS FILHA
ADVOGADOS : AUREA DA CRUZ PACHECO GONCALVES - RJ047554
VERA LUCIA MARTINS SILVA ANDRADE - RJ067194

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MORAL. PLEITO DE MINORAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. OMISSÃO CONFIGURADA. REDUÇÃO. DESNECESSIDADE. VERBA FIXADA CONSOANTE OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. REFORMA DO ENTENDIMENTO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

CLAUDIA CRISTINA VIEIRA DE ASSIS FILHA, assistida por sua genitora CLAUDIA CRISTINA VIEIRA GOMES (CLÁUDIA) ajuizou ação de reparação de danos pelo rito sumário contra VIAÇÃO MADUREIRA CANDELÁRIA LTDA (VIAÇÃO), em virtude de atropelamento ocorrido aos 11/6/2011, ocasionado por ônibus pertencente à ré (e-STJ, fls. 2/21).

Em primeira instância, os pedidos foram julgados procedentes em parte, a fim de condenar a ré ao pagamento (1) da quantia de R\$ 1.090,00 (mil e noventa reais) a título de pensões vencidas, devidamente atualizadas, desde o acidente e até a data dos depósitos judiciais, tornando, assim, nesta parte, definitiva a antecipação dos efeitos da tutela deferida; e, (2) da quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de danos morais, acrescidos de juros de 1% ao mês desde a data do acidente. Fixou, ainda, a sucumbência recíproca.

A Corte fluminense negou provimento ao recurso da VIAÇÃO, em acórdão a seguir ementado:

INDENIZATÓRIA. ATROPELAMENTO DE PEDESTRE CAUSADO POR COLETIVO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA, NA FORMA DO ART. 37, § 6º DA CF. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 20.000,00. MANUTENÇÃO.

- As prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do § 6º do artigo 37 da Constituição Federal, o que dispensa a demonstração de culpa, bastando a relação de causalidade entre a ação ou omissão e o dano sofrido.

- Depoimento do preposto da concessionária, prestado em Juízo, que atesta o nexo de causalidade, em razão de manobra para desviar de um caminhão basculante, momento em que o coletivo alcança a autora, grávida de três meses, e a arremessa de encontro a um poste.

- Dinâmica e responsabilidade da ré que não são afastados pelo fato, de um mês antes do evento, a autora ter ingerido veneno chumbinho, tendo em vista a ausência de relação entre os fatos, não havendo indícios de que a autora tenha atentado contra a sua vida no caso ora analisado.

- Termo inicial do cômputo dos consectários legais incidentes sobre a verba extrapatrimonial corretamente fixados, eis que em se tratando de relação extracontratual, os juros incidem a partir do evento, conforme dispõe a Súmula 54 do STJ, e a correção monetária a partir do julgado que a fixou, consoante Súmula 97 deste TJRJ.

- Verba recebida a título de seguro DPVAT que não se confunde com a indenização arbitrada.

RECURSO DESPROVIDO (e-STJ, fl. 271).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 310/312).

No recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, a VIAÇÃO alegou ofensa aos arts. 884 e 944 do Código Civil, ao sustentar (1) a existência de *error in iudicando* quanto à compensação dos valores dos seguros obrigatório (Súmula 246 do STJ); e, (2) ser devida a dedução de eventual indenização recebida a título de DPVAT, sob pena de enriquecimento ilícito da parte (e-STJ, fls. 314/326).

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 345/350 e 352/354).

Superior Tribunal de Justiça

Em decisão monocrática de minha relatoria, dei provimento ao recurso especial, para reconhecer o direito da VIAÇÃO à dedução do valor do seguro DPVAT do montante da condenação que lhe foi imposta a título de danos morais (e-STJ, fls. 365/368).

No presente recurso aclaratório, a VIAÇÃO alega a existência de omissão no julgado, pois não analisou o seu pedido de redução do valor indenizatório a título de dano moral, que entende excessivo.

Não foi apresentada impugnação (e-STJ, fl. 379).

É o relatório.

DECIDO.

O atual inconformismo merece acolhimento.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da violação do art. 1.022 do NCPC

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a contradição ou obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão.

Já a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal e que, **nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso** (arts. 1.022 e 489, § 1º, do NCPC).

No caso vertente, a VIAÇÃO aponta omissão no julgado quanto ao seu pedido de redução do valor fixado a título de indenização por dano moral, reputando por violados os arts. 884 e 944 do CC/02.

Razão assiste à insurgência.

Passo, pois, ao exame do pedido de redução do valor indenizatório.

Superior Tribunal de Justiça

Do valor indenizatório

Pretende a VIAÇÃO que o valor fixado a título de indenização por dano moral, fixado na quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) seja reduzido, por considerá-lo exorbitante.

Com relação ao tema, é certo que a lei não fixa valores ou critérios para a quantificação do dano moral, que, entretanto, deve ter assento na regra do art. 944 do CC/02.

Por isso, esta Corte tem se pronunciado reiteradamente no sentido de que o valor de reparação do abalo moral deve ser arbitrado em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

No caso dos autos, a Corte de origem ressaltou o seguinte

[...] a manobra realizada pelo preposto da ré foi causa essencial para que a lateral do coletivo atingisse a autora, grávida de três meses, na calçada, fazendo com que essa fosse arremessada contra um poste e viesse a fraturar a bacia.

Neste sentido, o nexo de causalidade acima retratado e a responsabilidade da ré pelo evento, não podem ser afastadas pelo simples fato de um mês antes do evento em tela, a autora ter ingerido veneno "chumbinho" ante a ausência de relação entre tais fatos, bem como de indícios de que a autora tenha atentado contra a sua vida no caso ora analisado.

Portanto, demonstrados o nexo de causalidade e a responsabilidade da ré pelo evento, esta deve reparar pelos danos causados, os quais foram devidamente descritos pelo perito no laudo pericial acostado no indexador 180, tendo o mesmo apresentado a seguinte conclusão, verbis:

[...].

Diante deste quadro, os prejuízos experimentados pela parte autora não se confundem com os do cotidiano, sendo capazes de causar ofensa a direito da personalidade, razão pela qual passa-se a examinar a pretensão de redução da verba indenizatória arbitrada postulada pela recorrente.

Cotejando o transtorno causado a autora, com as orientações doutrinárias aplicáveis bem como com a orientação jurisprudencial, tenho que o patamar indenizatório arbitrado deve ser mantido, eis que o mesmo se mostra adequado ao dano suportado, não sendo valor que ocasione o enriquecimento sem causa do autor (e-STJ, fls.).

No caso vertente, entendo que a quantia fixada na origem (R\$ 20.000,00) se mostra apta e suficiente a cumprir o duplice caráter inibitório/ressarcitório

Superior Tribunal de Justiça

da medida, sendo desnecessária a intervenção desta Corte para minorá-la.

Ademais, para afastar as considerações do Tribunal fluminense, a fim de reduzir o valor indenizatório, seria necessário adentrar no reexame dos fatos da causa, o que encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido, vejamos os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. [...]. 5. DANOS MORAIS. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO EVIDENCIADO. [...]. 7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. [...]

5. O quantum indenizatório arbitrado na instância ordinária, a título de danos morais, só pode ser examinado nesta Corte nos casos em que for irrisório ou exorbitante, o que não ocorre no caso dos autos, haja vista que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade foram observados. Incidência da Súmula 7/STJ.

6. O decaimento mínimo dos autores não enseja o redimensionamento da verba honorária, nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC/2015. Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (Súmula 326 do STJ).

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1784052/CE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 17/6/2019, DJe 25/6/2019).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. [...] DANO MORAL. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

[...].

3. Na hipótese, é inviável o provimento do recurso especial para afastar a culpa do motorista da recorrente pelo acidente de trânsito, haja vista o disposto na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

[...].

5. O reexame do montante indenizatório fixado pela origem é admitido apenas quando o valor for estabelecido em patamar excessivo ou irrisório, situação que não se verifica na hipótese dos autos.

Inteligência da Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1383487/DF, Rel. Ministro RICARDO

Superior Tribunal de Justiça

VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 10/6/2019, DJe 14/6/2019).

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. [...] VALOR DA INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DANOS MORAIS. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA N. 54/STJ.

[...]

2. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Indenização fixada em valor que atende os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não merecendo ser reduzida.

4. No caso de indenização por dano moral decorrente de ato ilícito extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula n. 54/STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1419752/ES, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 2/10/2018, DJe 16/10/2018).

Nessas condições, **ACOLHO** os embargos de declaração, a fim de sanar a omissão apontada, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator